



OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE

CAMPANHA
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO!

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes”, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 23/03/2020

The Guardian

Crise climática atribuída às chuvas e inundações que mataram 150 no Brasil

Por Dom Phillips

Cerca de 150 pessoas foram mortas ou estão desaparecidas após fortes chuvas, deslizamentos de terra e inundações em três estados brasileiros este ano.

Os cientistas dizem que o aquecimento global está contribuindo para mais eventos de "chuvas extremas" no país e alertaram que esses desastres podem se tornar "o novo normal".

Dados oficiais enviados ao Guardian mostraram que "eventos extremos de chuva" - quando mais de 80 mm ou 100 mm caem em 24 horas - dispararam nos últimos 30 anos nas capitais dos estados do sudeste de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde as chuvas mortais aconteceram.

Nem todos os cientistas consideram o aquecimento global responsável. O Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil disse que as chuvas foram "fenômenos meteorológicos típicos do verão" e os culparam na zona de convergência do Atlântico Sul - "uma faixa de nuvens que canaliza a umidade da Amazônia e do Oceano Atlântico tropical" por três dias ou mais, chuva pesada e frentes frias. A chuva também não aumentou em todos os lugares: o nordeste passou por secas mais extremas, afirmou.

FONTE: <https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/13/climate-crisis-blamed-for-rains-and-floods-that-have-killed-150-in-brazil>

O papel das leis nacionais na gestão do risco de inundações e no aumento da resiliência futura

O risco de inundação está aumentando em todo o mundo devido às mudanças climáticas e desenvolvimentos socioeconômicos. Com isso, as ciências de risco de inundação e a compreensão de riscos e fatores estão avançando. No entanto, a governança geral do risco de inundação permanece um processo altamente reativo. Este artigo explora o papel das leis nacionais na determinação da natureza do gerenciamento de riscos de inundações (FRM) e, em particular, a capacidade de aumentar a resiliência a inundações no contexto das mudanças climáticas. Ainda há muito pouca evidência sobre o papel da legislação nacional na viabilização ou impedimento de decisões e ações para criar adaptação e resiliência a inundações. O artigo procura abordar essa lacuna de conhecimento. A análise mostra que, em todo o mundo, a elaboração de leis para risco de inundação é reativa e carece de consideração de riscos futuros. No entanto, os impactos previstos das mudanças climáticas exigem ex-ante, formulação e governança pró-ativas e pró-ativas de políticas a serem consideradas na elaboração da legislação dos países. Os autores, portanto, pedem uma mudança no FRM do ativismo pós-evento para o planejamento prospectivo através de uma abordagem de resiliência antecipada. Os autores explicam que, com a mudança de uma ação antecipatória difícil por muitas razões, as leis podem desempenhar um papel importante na facilitação desse ajuste. Por exemplo, as leis podem exigir que as avaliações de risco de inundação considerem os riscos atuais e futuros e os níveis de resiliência, ou estabeleçam como as tendências das mudanças climáticas precisam ser levadas em conta ao tomar decisões de infraestrutura ou uso da terra. Os autores afirmam que isso é particularmente importante no contexto das chamadas mudanças de início lento, como aumento do nível do mar e erosão costeira.

FONTE: <http://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/wp-content/uploads/2020/03/working-paper-334-Mehryar-Surminski-1.pdf>



Economia da América Latina e Caribe sofrerá efeitos “arrasadores” do novo coronavírus

A pandemia de covid-19 terá efeitos arrasadores na economia global, que devem ser mais intensos do que a crise financeira global de 2008, e os países da América Latina e do Caribe não serão poupados.

O alerta é da secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Cepal, Alicia Bárcena. A representante disse que a crise “entrará na história como uma das piores” que o mundo já passou.

Efeitos

Bárcena explicou que o vírus põe em perigo um bem público global essencial, a saúde humana, e afetará uma economia global que já estava enfraquecida. Os efeitos serão sentidos tanto no lado da oferta como da demanda.

As cadeias produtivas devem ser interrompidas, prejudicando gravemente o comércio global, e a renda das pessoas e empresas deve cair devido ao aumento do desemprego e dificuldades no pagamento de dívidas.

Em 2019, o Produto Interno Bruto, PIB, da região já cresceu a uma taxa de apenas 0,1%. Para 2020, estava previsto um crescimento de 1,3%, mas agora é esperada uma contração de -1,8%.

O cenário de recessão pode aumentar o desemprego na região até 10 pontos percentuais. Com esse valor, o número de pobres pode subir de 185 para 220 milhões de pessoas, de uma população total de 620 milhões. A quantidade de pessoas que vivem em extrema pobreza também pode aumentar de 67,4 milhões para 90 milhões.

Canais

Primeiro, através da descida da atividade econômica em vários parceiros comerciais. A China, por exemplo, é o principal parceiro comercial do Brasil, Chile e Peru. Durante o ano, o valor das exportações para o país pode cair até 10,7%.

Um segundo canal é o turismo, que deve afetar mais fortemente os países do Caribe.

Em terceiro lugar, as cadeias globais de valor devem ser interrompidas. Isso afetaria principalmente o México e o Brasil, países que importam peças e bens intermediários da China para seus setores de manufatura.

Em quarto lugar, a queda nos preços das commodities deve prejudicar os países que exportam matérias-primas. Por fim, em quinto lugar, os investidores devem ter maior aversão ao risco.

Medidas

A secretária executiva também destacou as medidas que os governos da região já estão tomando. Além de esforços para reduzir e prevenir o contágio, estão adotando medidas econômicas, fiscais e monetárias.

Alguns países estão aumentando gastos sociais, reduzindo taxas de juros, intervindo nos mercados de câmbio, suspendendo taxas de crédito bancário, criando linhas de crédito, congelando coimas para famílias que não pagam contas de água e desenvolvendo ações para evitar o esgotamento dos estoques de bens básicos.

Nenhum país será capaz de combater essa pandemia sem cooperação global e regional

Alicia Bárcena referiu ainda a importância de proteger os grupos mais vulneráveis como idosos e pobres. Segundo ela, “quanto mais desigual for um país, mais grupos vulneráveis arcarão com o impacto econômico da pandemia e menos recursos terão para combater a pandemia.”

Por fim, a chefe da CEPAL apelou à coordenação e cooperação global. Ela disse que “nenhum país será capaz de combater essa pandemia sem cooperação global e regional.”

Para Bárcena, “a pandemia tem o potencial de remodelar a globalização geopolítica, mas também é uma oportunidade de recordar os benefícios da ação multilateral.”

FONTE:https://news.un.org/pt/story/2020/03/1708042?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=b95098e286-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_21_12_15&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-b95098e286-105027597



Relator da ONU pede que países adotem renda básica universal diante da pandemia

A melhor resposta a uma potencial catástrofe econômica e social provocada pela crise da COVID-19 é colocar as finanças a serviço dos direitos humanos e apoiar os menos favorecidos por meio de abordagens financeiras ousadas, disse nesta sexta-feira (20) um especialista em direitos humanos da ONU.

“Estímulos fiscais e pacotes de proteção social direcionados aos menos capazes de lidar com a crise são essenciais para mitigar as consequências devastadoras da pandemia”, disse Juan Pablo Bohoslavsky, especialista independente da ONU sobre os efeitos da dívida externa nos direitos humanos.

“Peço aos governos que considerem a introdução de uma renda básica universal de emergência.”

“Estou encorajado com o fato de que muitos países estejam contemplando medidas de estímulo econômico em larga escala. No entanto, essas medidas devem ser cuidadosamente projetadas para garantir que sua principal contribuição vá muito além de apenas resgatar grandes empresas e bancos”, afirmou ele.

“É essencial que os serviços públicos sejam prestados gratuitamente a quem não puder pagar. O serviço da dívida deve ser suspenso para indivíduos que, de outra

forma, não conseguiriam lidar com a crise de saúde pública. Despejos em massa devem ser absolutamente evitados”, pediu o especialista independente.

“Os que trabalham no setor informal, que trabalham por conta própria e não podem trabalhar em casa precisam de incentivos econômicos e fiscais para ficar em casa. Caso contrário, eles precisarão ir ao trabalho e, assim, colocar em risco sua saúde pessoal e familiar e daqueles na comunidade em geral”, afirmou.

Observando que a recessão global que está se desenrolando pode ser um desastre não mitigado ou uma oportunidade para soluções inovadoras, o especialista da ONU instou os governos a estruturar suas políticas econômicas relacionadas à COVID-19 de acordo com os “Princípios Orientadores sobre os Efeitos das Reformas Econômicas nos Direitos Humanos”.

“Nos últimos anos, testemunhamos as consequências adversas da comercialização e privatização de vários serviços essenciais, incluindo assistência médica e saúde pública. As chamadas políticas de ‘economia de custos’ foram implementadas em muitos países. Esses desenvolvimentos devem ser revertidos com urgência para que os Estados possam respeitar os direitos humanos e os desafios fiscais colocados pela crise da COVID-19”, afirmou Bohoslavsky.

De acordo com o especialista independente, acordos de dívida e direitos de propriedade (reais, pessoais e intelectuais) existem em um universo jurídico e social mais amplo, no qual a lei de direitos humanos deve prevalecer.

Se devidamente justificado, os Estados podem adotar as medidas econômicas e jurídicas necessárias para enfrentar com mais eficácia a atual crise da saúde. Em particular, nenhum direito econômico privado deve superar os direitos do público à saúde e à sobrevivência.

O especialista independente também instou as instituições financeiras internacionais a mobilizar urgentemente seus recursos financeiros para ajudar os países a combater a pandemia.

“Estou profundamente preocupado com a recente resposta do FMI ao pedido de apoio financeiro da Venezuela para lidar com a crise da COVID-19. O argumento do FMI sobre a falta de ‘clareza’ no reconhecimento internacional do governo da Venezuela não pode ser a base de uma decisão que põe em risco toda a população venezuelana e, em extensão, o mundo inteiro. Essas decisões podem resultar em grave violação dos direitos humanos e exigiriam responsabilidade da instituição e de seus decisores”, afirmou Bohoslavsky.

“Esta crise é uma oportunidade para refletir e reverter a ideologia segundo a qual o crescimento econômico é o único caminho a seguir. Em particular, nos pede que questionemos e alteremos nossos padrões e comportamentos de consumo, se levarmos a sério a tentativa de garantir os direitos humanos para todos e a proteção do meio ambiente”, concluiu Bohoslavsky.

Os relatores especiais fazem parte do que é conhecido como Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Procedimentos Especiais, o maior órgão de especialistas independentes no sistema de Direitos Humanos da ONU, é o nome geral dos mecanismos independentes de pesquisa e monitoramento do Conselho que abordam situações específicas de países ou questões temáticas em todas as partes do mundo.

Especialistas dos Procedimentos Especiais trabalham voluntariamente; eles não são funcionários da ONU e não recebem salário por seu trabalho. Eles são independentes de qualquer governo ou organização e servem em sua capacidade individual.

FONTE: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25732&LangID=E>



Pacto Global identifica iniciativas de empresas brasileiras para demandas da COVID-19

Pelo menos 70 empresas brasileiras do Pacto Global já deram informações sobre as iniciativas adotadas em relação ao novo coronavírus, a maior parte delas em atendimento à saúde de seus trabalhadores. O Pacto Global – iniciativa da ONU que reúne mais de 13 mil organizações em todo o mundo – está coletando dados num questionário online e identificou desde trabalho remoto e atendimento psicológico a funcionários até produção e doação de álcool gel para hospitais públicos de cidades mais atingidas.

A maior parte das empresas (77%) implementou algum tipo de trabalho remoto. Sempre que possível, os trabalhadores estão exercendo as atividades de suas casas e quando isto não é possível para todos, é priorizado para indivíduos mais vulneráveis.

Algumas empresas implementaram redes de abastecimento para providenciar itens básicos a pessoas que estão em quarentena e 90% dos que responderam ao questionário até o dia 18 de março informaram terem criado canais de informação confiáveis para seus trabalhadores, incluindo atendimento telefônico e boletins.

Serviços de saúde específicos foram contratados por algumas empresas ou foi negociado com prestadores de serviço em saúde termos de atendimento médico para pessoas que possam ser afetadas pela doença COVID-19.

Além disso, algumas empresas estão dando apoio psicológico aos trabalhadores e suas famílias para lidar com a quarentena e a atual situação de stress coletivo.

O Pacto Global também identificou uma iniciativa externa com a AMBEV, que decidiu usar uma de suas fábricas para produzir álcool gel, que será doado para hospitais públicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as três cidades com maior número de

casos da COVID-19 até agora. A expectativa é fornecer 500 mil garrafas e os custos de distribuição serão cobertos pela AMBEV.

Responderam à pesquisa empresas dos setores de energia, moda e beleza, saúde, indústria química, serviços jurídicos, terceiro setor, infraestrutura, alimentação, serviços financeiros, educação, agronegócio e consultorias.

O Pacto Global preparou um guia de orientação para lideranças, com sugestões e recomendações em como as empresas podem lidar internamente com a crise e como apoiar a resposta local a pandemia do novo coronavírus. Também criou um site, que reúne recomendações e iniciativas.

O Pacto Global é uma iniciativa com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para adotar, em suas práticas de negócios, valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios.

Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje já são mais de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes por todo o mundo.

FONTE: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/pacto-contr-covid-19>



COVID-19: OMS, UNICEF e PNUD fecham parceria com WhatsApp para levar informações em tempo real

O WhatsApp acaba de anunciar duas iniciativas em apoio à luta global contra a pandemia do novo coronavírus: o lançamento mundial do Centro de Informação do WhatsApp sobre Coronavírus, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e a doação de um milhão de dólares para a Rede Internacional de Checagem de Fatos do Instituto Poynter (IFCN, na sigla em inglês). O Centro de Informação online tem dados em português sobre o Brasil.

O Centro de Informação do WhatsApp sobre Coronavírus fornece um guia simples para trabalhadores de saúde, educadores, líderes comunitários, sociedade civil organizada, governos locais e empresários relacionados às comunicações via WhatsApp. A plataforma também fornecerá dicas gerais e fontes de informação confiáveis para os usuários do aplicativo ao redor do mundo com o objetivo de reduzir boatos e conectar pessoas com fontes fidedignas de informação.

As recomendações oferecerão um guia rápido sobre como pequenos grupos podem aproveitar ao máximo as funções do WhatsApp e o PNUD irá distribuí-lo àqueles que coordenam esforços locais. Além disso, o WhatsApp está trabalhando em parceria com a OMS e o UNICEF na promoção de linhas diretas para os usuários ao redor do mundo. Essas linhas oferecerão informações confiáveis que serão listadas no Centro de Informação do WhatsApp sobre Coronavírus.

“Obter informação atualizada sobre a COVID-19 para as comunidades locais de todo o mundo é um passo fundamental nos esforços da comunidade internacional para conter a propagação do vírus”, afirmou Achim Steiner, Administrador do PNUD. “As parcerias com empresas do setor privado como o WhatsApp ajudarão a levar informação vital, e em tempo real, da Organização Mundial da Saúde e dos agentes locais de saúde para milhões e milhões de usuários em todo o globo”.

Até o momento, o WhatsApp trabalhou com vários ministérios de saúde e ONGs para oferecer informação objetiva aos usuários por meio de textos em países como Singapura, Israel, África do Sul, Brasil e Indonésia. A medida em que os esforços continuam, a plataforma é atualizada com as informações mais recentes.

A doação de recursos do WhatsApp para o IFCN apoiará a verificação de fatos para a Aliança #CoronaVirusFacts, que incluirá mais de 100 organizações locais, em pelo menos 45 países. Durante o último ano, o WhatsApp trabalhou para atrair mais de uma dúzia de organizações que realizam a checagem de fatos diretamente no aplicativo, para que pudessem fazer o cruzamento de fontes e esclarecer sobre boatos que podem estar circulando em vários aplicativos de mensagens, incluindo WhatsApp e SMS. Os recursos garantirão o treinamento para uso de funções avançadas do WhatsApp Business, incluindo seu API.

Aumentar a presença dessas organizações de checagem de fatos, certificadas pelo IFCN, ajudará a garantir que as comunidades locais estejam conscientes e respondam a possíveis rumores prejudiciais.

“Sabemos que nossos usuários estão usando o WhatsApp mais do que nunca neste momento de crise, seja para falar com os amigos e entes queridos, médicos com seus pacientes, professores com seus estudantes. Queríamos oferecer um recurso simples que pudesse ajudar a conectar as pessoas neste momento”, declarou Will Cathcart, Diretor do WhatsApp.

“Também estamos muito felizes com a parceria com o Instituto Poynter no reforço e aumento da quantidade de organizações de checagem de fatos no WhatsApp e para apoiar seu trabalho de salvar vidas e desmentir boatos. Também continuaremos trabalhando diretamente com os ministérios de saúde de todo o mundo para que possam oferecer atualizações diretamente pelo WhatsApp”.

“A doação no momento certo do WhatsApp irá ajudar na checagem de dados e fatos publicados pela Aliança CoronaVirusFacts e a alcançar audiências maiores que, em consequência, ajudará as pessoas a separar fatos de ficção no meio da avalanche de informação que a OMS chamou de ‘infodemia’”, disse Baybars Orsek, diretor do IFCN.

“A Rede Internacional de Checagem dos Fatos também espera descobrir formas de compreender a difusão das mensagens erradas sobre saúde no WhatsApp em diferentes maneiras e colocar à disposição ferramentas para a checagem de fatos, identificando e desmentindo a informação errada na mensagem”, disse Will Cathcart

FONTE: <https://www.whatsapp.com/coronavirus>



OIT: quase 25 milhões de empregos podem ser perdidos no mundo devido à COVID-19

A crise econômica e trabalhista criada pela pandemia da doença provocada pelo novo coronavírus, a COVID-19, pode aumentar o número de desempregados no mundo em quase 25 milhões, segundo uma nova avaliação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgada nesta quarta-feira (18).

No entanto, se houver uma resposta política coordenada internacionalmente, como aconteceu na crise financeira global de 2008-2009, o impacto no desemprego global poderá ser significativamente menor.

A nota de avaliação preliminar intitulada “COVID-19 e o mundo do trabalho: Impactos e respostas” ([COVID-19 and the world of work: Impacts and responses](#)) defende a adoção de medidas urgentes, em larga escala e coordenadas, baseadas em três pilares: proteger as/os trabalhadoras(es) no local de trabalho; estimular a economia e o emprego; e apoiar os postos de trabalho e a renda.

Essas medidas incluem a ampliação da proteção social, o apoio à manutenção de empregos (ou seja, trabalho com jornada reduzida, licença remunerada e outros subsídios) e aos benefícios fiscais e financeiros, inclusive para micro, pequenas e médias empresas.

Além disso, a avaliação propõe medidas de política fiscal e monetária, além de empréstimos e do apoio financeiro a setores econômicos específicos.

Cenários diferentes

Com base em diferentes cenários para o impacto da COVID-19 no crescimento do PIB global, as estimativas da OIT indicam um aumento no desemprego global entre 5,3 milhões (cenário “baixo”) e 24,7 milhões (cenário “alto”) a partir de um nível base de 188 milhões em 2019.

Em termos comparativos, a crise financeira global de 2008-2009 aumentou o desemprego global em 22 milhões.

Também se espera que o subemprego aumente em larga escala, pois as consequências econômicas da pandemia se traduzem em reduções nas horas de trabalho e nos salários.

O trabalho autônomo nos países em desenvolvimento, que geralmente serve para amortecer o impacto das mudanças, pode não ter esse efeito desta vez, devido a restrições ao deslocamento de pessoas (por exemplo, prestadores de serviços) e de bens.

Quedas no emprego também significam grandes perdas de renda para as/os trabalhadoras(es). O estudo estima que essas perdas fiquem entre 860 bilhões e 3,4 trilhões de dólares até o final de 2020. Isso se traduzirá em quedas no consumo de bens e de serviços, afetando as perspectivas dos negócios e das economias.

Estima-se também que a pobreza no trabalho aumente significativamente, pois “a pressão sobre a renda resultante do declínio da atividade econômica devastará os trabalhadores próximos ou abaixo da linha de pobreza”.

A OIT estima que entre 8,8 milhões e 35 milhões a mais de pessoas estarão trabalhando em situação de pobreza em todo o mundo, em comparação com a estimativa original para 2020 (que previa uma diminuição de 14 milhões).

Respostas políticas rápidas e coordenadas

“Isso não é somente uma crise global da saúde, é também uma grande crise do mercado de trabalho e econômica que está causando um enorme impacto nas pessoas”, disse o diretor-geral da OIT, Guy Ryder.

“Em 2008, o mundo formou uma frente unida para enfrentar as consequências da crise financeira global e o pior foi evitado. Precisamos desse tipo de liderança e determinação agora”, acrescentou.

O estudo da OIT alerta que certos grupos serão afetados desproporcionalmente pela crise do emprego, o que poderia aumentar a desigualdade.

Isso inclui pessoas com empregos menos protegidos e com baixos salários, principalmente jovens e trabalhadores mais velhos, assim como mulheres e migrantes.

Esses últimos são vulneráveis devido à falta de proteção e de direitos sociais, ao passo que as mulheres tendem a estar sobre-representadas em empregos mal remunerados e nos setores afetados.

“Em tempos de crise como a atual, temos duas ferramentas principais que podem ajudar a mitigar os danos e a restaurar a confiança pública. Em primeiro lugar, o diálogo social, envolvendo os trabalhadores e os empregadores e seus representantes, é vital para construir a confiança pública e apoiar as medidas que precisamos para superar esta crise”, disse Ryder.

“Em segundo lugar, as normas internacionais de trabalho fornecem uma base comprovada e confiável para as respostas políticas que se concentram em uma recuperação sustentável e equitativa. Tudo precisa ser feito para minimizar os danos às pessoas neste momento difícil”, concluiu.

FONTE: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_738753.pdf



ONU Mulheres recomenda que igualdade de gênero seja incluída na resposta à pandemia

Trabalhadoras do setor de saúde, trabalhadoras domésticas, mulheres na economia informal, refugiadas, migrantes e em situação de violência são algumas das mulheres mais expostas à COVID-19 e precisam ser envolvidas em todas as fases da resposta e na tomada de decisão local e nacional.

Esta é uma das 14 recomendações da ONU Mulheres para Américas e Caribe divulgadas na terça-feira (17) por meio da publicação “COVID-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar mulheres e igualdade de gênero na gestão da resposta à crise”, que aborda as dimensões de gênero na pandemia.

Para o escritório regional da ONU Mulheres, garantir a dimensão de gênero na resposta requer alocação de recursos suficientes para responder às necessidades de mulheres e meninas e promover consultas diretas com organizações sobre a situação das mulheres e as medidas apropriadas para enfrentar a pandemia.

Também exige garantir a disponibilidade de dados desagregados por sexo e análise de gênero, incluindo taxas diferenciadas de infecção, impactos diferenciados da carga econômica e de assistência, barreiras de acesso das mulheres e incidência de violência doméstica e sexual, além de assegurar que as necessidades imediatas das mulheres que trabalham no setor de saúde sejam atendidas.

A ONU Mulheres alerta que a COVID-19 tem impactos e implicações diferentes para mulheres e homens. E destaca que as mulheres são essenciais na luta contra a pandemia, sejam elas socorristas, profissionais de saúde, voluntárias da comunidade e prestadoras de cuidados.

Ressalta, ainda, que as mulheres estão na linha de frente da resposta e, por isso, assumem custos físicos e emocionais.

Mulheres e impacto econômico

“As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não remunerado. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de

cuidado recaem principalmente sobre as mulheres que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças”, acrescenta o documento.

O escritório regional alerta para as especificidades do impacto econômico da COVID-19 nas mulheres.

Segundo a agência da ONU, as mulheres são particularmente afetadas pela pandemia porque elas costumam ser maioria entre trabalhadoras informais e domésticas. As quarentenas reduzem consideravelmente a demanda por esses serviços, afetando também os setores de comércio e turismo, que também empregam muitas mulheres.

De acordo com a entidade, a redução da atividade econômica afeta, em primeira instância, trabalhadoras informais que perdem seus meios de sustento de vida quase imediatamente, sem nenhuma rede ou possibilidade de substituir a renda diária.

Outro aspecto é o duplo desafio em trabalhadoras domésticas “de um lado, que enfrentam desafios decorrentes da maior carga de cuidados devido ao aumento do trabalho não remunerado nas residências e do cuidado das crianças durante o fechamento das escolas; por outro lado, a possibilidade de perda de renda quando, por motivos de saúde, são solicitadas a parar de trabalhar por conta do risco de infecção para as famílias com as quais trabalham”.

Violência contra as mulheres

A violência de gênero é outro componente de atenção em pandemias, como o COVID-19.

“Em um contexto de emergência, aumentam os riscos de violência contra as mulheres e meninas, especialmente a violência doméstica, aumentam devido ao crescimento das tensões em casa e também o isolamento das mulheres.”

As sobreviventes da violência podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir de situações de violência ou acessar ordens de proteção que salvam vidas e/ou serviços essenciais devido a fatores como restrições ao movimento de quarentena, disse a ONU Mulheres para Américas e Caribe.

A entidade lembrou que a pandemia da COVID-19 causou um aumento de estigma, xenofobia e discriminação, como foi observado na Ásia, onde foram verificadas “expressões relacionadas à raça, gênero e status migratório, que levam a maior desigualdade, distanciam as pessoas dos serviços de que precisam e exacerbam estereótipos”.

Outra observação sobre as especificidades de gênero é a exploração sexual para fins comerciais decorrentes de “mecanismos negativos de enfrentamento à crise”, a exemplo do fechamento de serviços de alimentação nas escolas e comunidades, escassez de alimentos e restrições ao movimento de pessoas, como parte da falta de segurança alimentar e dificuldades de acesso a alimentos nutritivos e seguros.

Mulheres, saúde e trabalho

Entre as medidas de saúde pública, a ONU Mulheres para Américas e Caribe recomenda que as mensagens cheguem às mulheres na sua diversidade, e abordem as necessidades dos diferentes papéis sociais desempenhados por elas, além de garantir a atenção primária e o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

No que se refere aos direitos econômicos, a entidade reitera o pedido “para medidas diretas de compensação a trabalhadoras informais, incluindo trabalhadoras de saúde, trabalhadoras domésticas, migrantes e dos setores econômicos mais afetados pela pandemia, além de reconhecer e redistribuir a carga de trabalho não remunerado em casa nos cuidados de saúde e de crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

FONTE: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf



Painel de situação de novo coronavírus (COVID-19)

Este painel / mapa interativo fornece os últimos números globais e números por país de casos COVID-19 diariamente.

FONTE: <https://experience.arcgis.com/experience/685d0ace521648f8a5beeeee1b9125cd>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>